

Demonstrações Financeiras

Muçununga Serviços Ambientais, Restauração e
Carbono S.A.

31 de dezembro de 2025

Relatório da Administração

Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2025

São Paulo, 16 de abril de 2026

Muçununga Serviços Ambientais, Restauração e Carbono S.A. Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2025

Senhores Acionistas,

Apresentamos as Demonstrações Financeiras da Muçununga Serviços Ambientais, Restauração e Carbono S.A. (“Muçununga” ou “Companhia”) referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base na Lei nº 6.404/76 e nas normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

O exercício de 2025 marcou o início das operações da Companhia, constituída com o propósito de desenvolver projetos de restauração florestal e geração de créditos de carbono, com foco na regeneração de biomas nativos e na promoção de benefícios ambientais, sociais e econômicos de longo prazo.

O Projeto Muçununga, localizado no sul da Bahia, é o primeiro empreendimento da Companhia e contempla a restauração de 1.242 hectares de áreas degradadas, com a implantação de práticas sustentáveis e certificáveis segundo os padrões internacionais.

Ao longo do exercício, a Companhia concentrou seus esforços na estruturação do projeto, na contratação de fornecedores estratégicos, na implementação das primeiras frentes de plantio e no fortalecimento de sua governança corporativa. Nesse contexto, foram realizados aportes de capital no montante de R\$ 12 milhões, referentes a parcela do capital social subscrito de R\$ 15 milhões, além da formalização de instrumentos relevantes de governança e compliance, incluindo canal de denúncias e os procedimentos de integridade.

Em decorrência do estágio pré-operacional do Projeto Muçununga, a Companhia registrou, em 2025, prejuízo líquido de R\$ 1.406 mil, reflexo da ausência de receitas no período. As despesas incorridas referem-se, majoritariamente, à estruturação administrativa, à implantação inicial do projeto e à preparação para a obtenção de financiamento de longo prazo junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), por meio da linha Fundo Clima. O prejuízo do exercício foi integralmente absorvido na conta de Prejuízos Acumulados, conforme previsto na legislação societária vigente.

As Demonstrações Financeiras foram auditadas por auditoria independente, que emitiu parecer sem ressalvas, atestando a adequação das práticas contábeis adotadas e a fidedignidade das informações apresentadas.

A Administração reafirma que as Demonstrações Financeiras foram elaboradas com base no pressuposto da continuidade operacional, conforme o CPC 26 (R1), considerando os aportes de capital já realizados, a expectativa de aprovação e

desembolso do financiamento junto ao BNDES ao longo do exercício de 2026 e a existência de mútuo aprovado com os acionistas para suprir eventuais necessidades de capital de giro.

A Administração não identificou, até a presente data, quaisquer eventos ou condições que levantem dúvida relevante quanto à capacidade da Companhia de continuar operando normalmente no futuro previsível, conforme previsto no CPC 24 (R1).

A Companhia encerra o exercício com posição de caixa de R\$ 4.718 mil, patrimônio líquido de R\$ 10.594 mil e estrutura de capital adequada para sustentar a continuidade das operações e a execução do Projeto Muçununga em 2026. O orçamento para o próximo exercício contempla a intensificação das atividades de plantio e manutenção florestal, a execução do plano de benefícios sociais em 14 comunidades, e o fortalecimento dos mecanismos de controle de qualidade e governança.

A Administração agradece a confiança dos acionistas, parceiros e colaboradores, e reafirma seu compromisso com a transparência, a sustentabilidade e a geração de valor de longo prazo por meio de projetos de impacto ambiental e social positivo.

São Paulo, 16 de abril de 2026.

RELATÓRIO ANUAL

Demonstrações Financeiras

Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2025

Auditadas pela KPMG Assurance Services Ltda.

São Paulo, 16 de abril de 2026

Muçununga -
Serviços
ambientais,
Restauração e
Carbono S.A.

**Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2025**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanço patrimonial	6
Demonstração do resultado do exercício	7
Demonstração do resultado abrangente	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstração dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Assurance Services Ltda.

Rua Verbo Divino, 1400 - Conjunto 101 – parte e 701 – parte,

Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil

Telefone 55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos acionistas e administradores da

Muçununga Serviços Ambientais, Restauração e Carbono S.A.

São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Muçununga Serviços Ambientais, Restauração e Carbono S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 13 de maio de 2025 à 31 de dezembro de 2025, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Muçununga Serviços Ambientais, Restauração e Carbono S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 13 de maio de 2025 à 31 de dezembro de 2025, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 16 de Abril de 2026.

KPMG Assurance Services Ltda.

CRC 2SP-023228/O-4



Leslie Nares Laurenti

Contadora CRC 1SP215906/O-9

Muçununga – Serviços ambientais, Restauração e Carbono S.A.

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	2025	Passivo	Notas	2025
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	7	4.718	Fornecedores	12	992
Estoques	8	377	Obrigações tributárias e fiscais		130
Tributos e contribuições a recuperar		86	Obrigações sociais e trabalhistas		92
Adiantamentos	9	908			1.214
Não circulante			Patrimônio líquido		
Imobilizado	11	67	Capital social	13	15.000
Intangível	10	5.652	Capital a Integralizar	13a	(3.000)
			Prejuízos acumulados		(1.406)
					10.594
Total do ativo		11.808	Total do passivo e patrimônio líquido		11.808

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Muçununga – Serviços ambientais, Restauração e Carbono S.A.

Demonstração do resultado do exercício

Período entre 13 de maio (data da constituição) a 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais)

	Notas	2025
Despesas operacionais		
Despesas gerais e administrativas	14	(1.587)
Despesas tributárias		<u>(8)</u>
Resultado operacional antes do resultado financeiro		<u>(1.595)</u>
Receitas financeiras	15	203
Despesas financeiras	15	<u>(14)</u>
Resultado financeiro Líquido		<u>189</u>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		<u>(1.406)</u>
Prejuízo do exercício		<u>(1.406)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Muçununga – Serviços ambientais, Restauração e Carbono S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Período entre 13 de maio (data da constituição) a 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais)

	2025
Prejuízo do exercício	(1.406)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>
Total do resultado abrangente	<u><u>(1.406)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Muçununga – Serviços ambientais, Restauração e Carbono S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Período entre 13 de maio (data da constituição) a 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Capital a integralizar	(Prejuízo) Acumulado	Total do patrimônio líquido
Constituição em 13 de maio de 2025 - Capital social	15.000	-	-	.15.000
Capital a integralizar	-	(3.000)	-	(3.000)
Prejuízo do exercício	-	-	(1.406)	(1.406)
Em 31 de dezembro de 2025	15.000	(3.000)	(1.406)	(10.594)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Muçununga – Serviços ambientais, Restauração e Carbono S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Período entre 13 de maio (data da constituição) a 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais)

	Nota	2025
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(1.406)
Ajustes de:		
Depreciações		<u>1</u>
		<u>(1.405)</u>
Varição nos ativos e passivos operacionais:		
Impostos a recuperar		(86)
Estoques	8	(377)
Adiantamentos	9	(908)
Fornecedores	12	992
Obrigações		<u>212</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		<u>(1.562)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições de imobilizado	11	(67)
Adições de intangível	10	<u>(5.652)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		<u>(5.720)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Integralização de capital	13a	<u>12.000</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		<u>12.000</u>
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	7	<u>4.718</u>
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício		-
No fim do exercício		<u>4.718</u>
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		<u>4.718</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Muçununga - Serviços Ambientais, Restauração e Carbono S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída na data de 13 de maio de 2025 pelas empresas Biomas - Serviços Ambientais, Restauração e Carbono S.A. e Carbon2Nature Brasil S.A., que possuem o controle compartilhado com participação igualmente de 50% das ações ordinárias do capital social.

Dentre suas principais atividades estão a concepção, planejamento, implementação e/ou gerenciamento de projetos florestais, sociais e ambientais, a realização de atividades de proteção de biomas e/ou ecossistemas, a realização de transações ligadas ao mercado de ativos ambientais, a consultoria em gestão ambiental, bem como serviços correlatos.

O foco estratégico de Muçununga é a regeneração de ecossistemas nativos, alcançando seus objetivos principalmente através da restauração florestal de matas nativas nos biomas brasileiros. Seus projetos visam atender os mais elevados padrões internacionais de qualidade, promovendo forte impacto ambiental, social e de biodiversidade, alavancando no mercado voluntário de carbono de alta integridade para financiamento de suas operações.

A Companhia está sediada no Brasil e localizada na Rua do Ceasa, 271, na cidade de Eunápolis, Estado da Bahia.

2 Base de Preparação e políticas contábeis materiais

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As práticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente no período apresentado.

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada e autorizada pela Administração da Companhia em 16 de abril de 2026.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. Ativos e passivos são classificados conforme seu grau de liquidez e exigibilidade. Os mesmos são classificados como circulantes quando for provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade, exceto quando indicado de outra forma. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo. Transações em moeda estrangeira são reconhecidas pela taxa de câmbio na data da transação. Itens monetários em moeda estrangeira são convertidos para o Real pela taxa de câmbio na data do balanço, informada pelo Banco Central do Brasil. Os ganhos e as perdas cambiais atrelados a estes itens são registrados na demonstração do resultado.

4 Uso de estimativas contábeis e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a administração faça julgamentos, estimativas e utilize premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Empresa revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As informações sobre incertezas nas premissas e estimativas que têm um risco significativo de resultar em ajustes materiais em 31 de dezembro de 2025 estão listadas abaixo:

a. Premissas de volume de créditos de carbono e preços futuros

A avaliação da recuperabilidade dos ativos de projetos de carbono (intangíveis em desenvolvimento) e a determinação de seu prazo de amortização requerem estimativas sobre o volume total de créditos de carbono que cada projeto poderá gerar ao longo de sua vida útil (tipicamente décadas) e os preços futuros desses créditos no mercado. Para 2025, a Administração utilizou premissas baseadas em estudos técnicos e de mercado, como: potencial médio de geração de ~542 mil toneladas de CO₂ em 40 anos,; e preços iniciais de venda de créditos em torno de US\$ 77 por tonelada de CO₂ e uma média de US\$ 100 ao longo do período. Essas projeções, embora fundamentadas nas melhores informações disponíveis (incluindo referências de plataformas internacionais de negociação de créditos), estão sujeitas a incertezas significativas. A Companhia realiza análises de sensibilidade para avaliar esses impactos potencialmente relevantes, assegurando que eventuais mudanças adversas sejam refletidas na avaliação de impairment.

b. Mensuração a valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Empresa requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Administração da Empresa revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informações de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, são utilizadas para mensurar valor justo, a Administração analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos dos CPCs, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Empresa usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Empresa reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na Nota Explicativa nº5.7 - Instrumentos financeiros.

5 Políticas Contábeis Materiais

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas informações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras.

5.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. Incluem o caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou consideradas de liquidez imediata que são prontamente conversíveis em um montante de caixa e que estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor. As aplicações financeiras estão registradas ao custo, acrescidos dos rendimentos incorridos até a data do balanço, que não superam o valor de mercado ou de realização.

5.2 Estoques

Os estoques compreendem materiais, insumos e outros itens mantidos para consumo no curso normal das operações da Companhia. Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido, em conformidade com o CPC 16 (R1) – Estoques. O custo inclui o preço de aquisição, tributos não recuperáveis e demais gastos diretamente atribuíveis para trazer os itens à sua condição e localização atuais. A Companhia adota o método primeiro que entra primeiro que sai para mensuração dos itens.

A Administração revisa periodicamente os saldos de estoques com o objetivo de identificar itens obsoletos, danificados ou sem expectativa de utilização, registrando perdas quando o valor contábil exceder o valor realizável líquido.

Os custos diretamente relacionados ao desenvolvimento dos projetos de geração de créditos de carbono, enquanto tais projetos não estiverem concluídos ou certificados e aptos à finalidade pretendida, não são classificados como estoques, mas sim registrados no grupo de ativo intangível em desenvolvimento. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentava R\$ 377 mil em estoques.

5.3 Ativos Intangíveis em Desenvolvimento – Projetos de Carbono

Este grupo contábil corresponde aos custos capitalizados nos projetos de geração de créditos de carbono que se encontram em desenvolvimento.

5.4 Imobilizado

Está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens o qual a Companhia definiu a vida útil que representa o período estimado pela Administração no qual o grupo de ativos operacionais fluirão em benefícios econômicos.

As vidas úteis estimadas para o ano de 2025 do ativo imobilizado são as seguintes:

Descrição	Vida útil (em anos)
Móveis e utensílios	10
Equipamentos de informática	5
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	10

5.5 Reduções ao valor recuperável

- (a) **Ativos Imobilizados:** Os Itens do imobilizado devem ser revistos anualmente para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo será estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda.
- (b) **Intangível:** Os testes de redução ao valor recuperável (impairment) dos projetos de carbono em desenvolvimento exigem considerável julgamento da Administração. O cálculo do valor em uso de cada projeto baseia-se em projeções de longo prazo dos fluxos de caixa futuros provenientes da venda de créditos, o que abrange o volume de créditos, preço de venda, custos de manutenção do projeto, etc. Além disso, determina-se uma taxa de desconto apropriada aos fluxos de caixa, refletindo o risco específico desses projetos e as condições de mercado. Em 2025, a Administração utilizou uma taxa de desconto real anual em torno de 8% a 10%, compatível com o risco de projetos florestais de longo prazo. Com base nas projeções e taxa adotadas, concluiu-se que não é necessária a constituição de provisão para perdas (impairment) nos ativos intangíveis, pois o valor recuperável estimado (valor presente dos fluxos de caixa esperados) excede o valor contábil de cada projeto.

5.6 Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

(i) *Reconhecimento e mensuração inicial*

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

a. Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado:

- ao custo amortizado; ou
- ao VJR (Valor Justo por meio do Resultado);
- ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA).

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) incluem instrumentos de dívida mantidos em modelo de negócios cujo objetivo é tanto receber os fluxos de caixa contratuais quanto vender os ativos financeiros e cujos fluxos de caixa contratuais representem somente pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Nessa categoria, as variações no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes e reclassificadas para o resultado quando do desreconhecimento do ativo; as receitas de juros e as perdas esperadas de crédito são reconhecidas no resultado. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possuía ativos financeiros classificados como VJORA.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR ou ao VJORA:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa
- contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

b. Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

c. Ativos financeiros – Avaliação do valor justo

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição.

Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a VJORA

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. As variações no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes e reclassificadas para o resultado quando do desreconhecimento do ativo; as receitas de juros e as perdas esperadas de crédito são reconhecidas no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

5.7 Fornecedores

Refere-se a obrigações a pagar por bens, mercadorias ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivo circulante se o pagamento for devido no período de um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Devido à natureza de curto prazo das contas a pagar a fornecedores, as mesmas são reconhecidas ao valor nominal da fatura correspondente.

5.8 Benefícios a empregados

Os benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem, em adição à remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social (INSS), férias, 13º salário), remunerações variáveis como bônus, plano de saúde, assistência médica e social.

Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação com base no regime de competência, à medida que são incorridos.

5.9 Imposto de renda e contribuição social

Regime de tributação pelo Lucro Real

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentou prejuízo contábil e fiscal, não havendo base de cálculo para a constituição de provisão de IRPJ e CSLL correntes.

Não foram reconhecidos ativos fiscais diferidos, em conformidade com o CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, pois não há expectativa razoável de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para realização dos benefícios fiscais correspondentes às perdas fiscais acumuladas.

Os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, são contabilizados de acordo com o CPC 25 / IAS 37 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar ou a receber com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como passivo ou ativo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

6 Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Companhia não adotou antecipadamente essas normas, que ainda não estão em vigor, e está avaliando seus possíveis impactos, quando aplicável.

a. IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como ‘outros’.

Outras normas futuras com impactos não relevantes esperados:

Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21);

Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7)

A Companhia está acompanhando as evoluções normativas, mas não antecipa impactos decorrentes dessas alterações.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	2025
Aplicações financeiras (i)	4.718
	4.718

- (i) As aplicações financeiras são CDB's, de curto prazo e possuem liquidez imediata. Em 31 de dezembro de 2025, foram atualizadas a uma taxa média de 99% do CDI ao ano.

8 Estoques

Em 31 de dezembro de 2025, os estoques reconhecidos no ativo circulante totalizavam R\$ 377 , sendo composto por adubo e fertilizantes.

9 Adiantamentos

	2025
Adiantamentos	<u>908</u>
	<u>908</u>

10 Intangível

Movimentação dos projetos em desenvolvimento (R\$)	2025
Saldo em 13 de maio de 2025	<u>-</u>
Adições de custos capitalizados no período (<i>investimentos realizados</i>)	<u>5.652</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u>5.652</u>

O saldo de intangível refere-se aos custos incorridos e capitalizados na fase de desenvolvimento dos projetos de geração de créditos de carbono (ativos ambientais em desenvolvimento), os quais incluem, substancialmente, serviços prestados de silvicultura e insumos aplicados diretamente nas atividades de campo. Tais gastos são capitalizados quando diretamente atribuíveis ao desenvolvimento dos projetos e quando é provável que venham a gerar benefícios econômicos futuros, permanecendo classificados como intangível em desenvolvimento até que o projeto esteja concluído/certificado e apto à finalidade pretendida, momento em que os custos relacionados passam a ser reclassificados para estoques. A Companhia avalia periodicamente a recuperabilidade desses ativos, conforme Nota 5.6. As políticas contábeis aplicáveis aos projetos de carbono em desenvolvimento estão descritas na Nota 5.4.

11 Imobilizado

	Equipamentos de informática	Móveis e utensílios	Benefeitorias	Total
Adições	19	33	16	68
Depreciação	-	(1)	-	(1)
Custo líquido em 31 de dezembro de 2025	19	32	16	67

- (i) A vida útil do ativo imobilizado e políticas contábeis aplicáveis estão descritos na nota explicativa nº 5.5

*Muçununga – Serviços ambientais,
Restauração e Carbono S.A.
Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2025*

12 Fornecedores

	2025
Fornecedores nacionais	992
	<u>992</u>
	2025
Insumos	242
Serviços	750
	<u>992</u>

13 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social da Companhia subscrito 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 15.000.000,00, sendo integralizado R\$ 12.000.000,00 distribuídos conforme abaixo:

Descrição	Ações ordinárias	Participação - %	R\$
Biomass – Serviços Ambientais, Restauração e Carbono S.A.	7.500.000	50%	7.500
Carbon2Nature Brasil S.A.	7.500.000	50%	7.500
	<u>15.000.000</u>	<u>100,00%</u>	<u>15.000</u>

14 Despesas gerais e administrativas

	2025
Serviços de assessoria e consultoria	(403)
Serviços de terceiros	(305)
Pessoal	(174)
Propaganda e Publicidade	(158)
Material de Consumo	(126)
Serviços advocatícios	(124)
Provisões Trabalhistas	(73)
Serviços de contabilidade	(68)
Fretes e Carretos	(67)
Despesas com viagens	(47)
Monitoramento	(21)
Locações	(13)
Despesas Diversas	(8)
	<u>(1.587)</u>

15 Resultado financeiro

a. Receitas financeiras

	2025
Receita sobre aplicações financeiras	213
Tributos sobre receitas financeiras	<u>(10)</u>
	<u>203</u>

b. Despesas financeiras

	2025
Multas e Juros	(14)
	<u>(14)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>189</u>

16 Partes Relacionadas

a. Transações e saldos com partes relacionadas

A Companhia possui como acionistas diretos Biomas – Serviços Ambientais, Restauração e Carbono S.A. e Carbon2Nature Brasil S.A., cada uma detendo 50% (cinquenta por cento) do capital social, conforme atos societários vigentes na data-base. Não existem, até a presente data, acordos de acionistas ou outros instrumentos formais que estabeleçam controle individual ou definição de controlador final.

No curso normal de suas operações, a Companhia pode manter transações com suas acionistas e outras partes relacionadas, incluindo aportes de capital e instrumentos patrimoniais correlatos. Em 31 de dezembro de 2025, os saldos patrimoniais relacionados às acionistas estavam representados, substancialmente, pelo capital subscrito e capital integralizado.

A Administração entende que tais transações são compatíveis com a natureza da fase operacional da Companhia e refletem seu modelo de financiamento por acionistas no período de estruturação.

b. Operações com pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da administração compreende os membros do Conselho de Administração e da Diretoria. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possuía dirigentes remunerados, não tendo sido reconhecidas despesas de remuneração, bônus, benefícios de curto ou longo prazo, ou quaisquer outras verbas relacionadas ao pessoal-chave da administração no exercício.

17 Imposto de Renda e Contribuição Social

a. Correntes

A Companhia optou pela tributação através do lucro real neste exercício, porém, até 31 de dezembro de 2025, a Companhia apurou o prejuízo fiscal e base negativa de R\$ 1.363, portanto não houve provisão destes impostos no período.

b. Diferidos

A Companhia optou por não reconhecer os ativos fiscais diferidos por ausência de evidência objetiva de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a realização desses créditos dentro do prazo legal.

Tipo de Crédito	Alíquota	Bases	Crédito
Prejuízo fiscal (IRPJ)	25%	1.363	341
Base negativa (CSLL)	9%	1.363	123
Diferenças temporárias (adições) - IRPJ	25%	39	10
Diferenças temporárias (adições) - CSLL	9%	39	3
Total			477

18 Instrumentos Financeiros e gerenciamento de riscos

a. Classificação contábil e valores justos

A Companhia classifica seus instrumentos financeiros em categorias conforme o CPC 48 – Instrumentos Financeiros. A seguir, são apresentados os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, com a indicação dos respectivos níveis na hierarquia do valor justo.

Classificação dos instrumentos Financeiros	Nota	Ativo pelo custo amortizado	Passivo pelo custo amortizado
Ativos financeiros			
Aplicações financeiras	7	4.718	-
Total		4.718	-
Passivos financeiros			
Fornecedores	12	-	992
Total		-	992
			2025
	Hierarquia do valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos			
Aplicações financeiras	Nível 2	4.718	4.718
Total		4.718	4.718
Passivos			
Fornecedores	Nível 2	992	992
Total		992	992

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo financeiro, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2 – inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados de preços); e
- Nível 3 - inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A tabela abaixo apresenta a técnica de valorização utilizada na mensuração dos valores justos de Nível 2 para instrumentos financeiros no Balanço Patrimonial, assim como inputs não observáveis significativos utilizados:

Tipo	Técnica de avaliação	Inputs significativos não observáveis
Outros passivos financeiros	Fluxos de caixa descontados: O modelo de avaliação considera o valor presente dos pagamentos esperados, descontado por uma taxa ajustada de risco	Não aplicável

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não houve transferência decorrente de avaliação de valor justo entre nível 1, 2 tampouco com o nível 3.

b. Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(i) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

	Valor Contábil	Total	2 anos ou menos
Passivos financeiros			
Fornecedores	<u>992</u>	<u>992</u>	<u>992</u>
	<u>992</u>	<u>992</u>	<u>992</u>

(ii) Análise se sensibilidade

Em atendimento ao item 40 do CPC 40 – Instrumento Financeiros Evidenciação a Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros.

**Muçununga – Serviços ambientais,
Restauração e Carbono S.A.**
Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2025

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Empresa em função da variação de cada risco destacado.

Variação das taxas de juros e índices	Variação 31/12/2025	Provável 31/12/2026	Δ + 25%	Δ + 50%
Risco de variação das taxas de juros e índices CDI (a)	14,32%	10%	12,5%	15%

Variação das taxas de juros e índices	Variação 31/12/2025	Cenário provável 31/12/2026	Sensibilidade		
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Risco de variação das taxas de juros e índices CDI (a)	14,32%	10%	10%	12,5%	15%

(a) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo– Boletim Focus.

Risco de aumento (ativo)	Índice	Saldos em 31/12/2025	Provável	Δ + 25%	Δ + 50%	∇ - 25%	∇ - 50%
Aplicações financeiras	CDI	4.718	472	590	708	354	236

Assinado por:

"ISABEL GIRÃO PAIXÃO" <igirao@neoenergia.com.br>

68C4C2E760D346B

Isabel Girão Paixão
Diretor(a) Financeiro
CPF: 116.746.777-90

JULIAN
CLEMENTE:08592298822

Julian Clemente
Contador
CRC: 1SP197232/O-6

Assinado digitalmente por JULIAN
CLEMENTE:08592298822
DN: cn=JULIAN
CLEMENTE:08592298822, c=BR,
o=ICP-Brasil, ou=VideoConferencia
Data: 2026.04.17 16:46:48 -03'00'